



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Grupo Setorial de Coordenação do Gerenciamento Costeiro do Vale do Ribeira

17ª Reunião Ordinária

18/12/2013 – Câmara Municipal de Iporanga, nº 160, bairro Centro, Miracatu, SP.

Pauta:

1. Informes;
2. Aprovação das Atas das 15ª e 16ª Reuniões Ordinárias;
3. Apresentação das propostas de enquadramento de zonas pelas prefeituras municipais de Cajati, Apiaí e Iporanga.

Isadora Parada inicia a reunião às 9h35. Informa que enviará as duas atas anteriores e da presente reunião para que os representantes leiam e encaminhem considerações até a próxima reunião do Grupo Setorial, quando serão aprovadas. Diz que para a pauta desta reunião há três propostas de enquadramento de zonas de ZEE a serem apresentadas, das prefeituras municipais de Iporanga, Cajati e Apiaí.

Isadora destaca que ao final da reunião deverá ser decidido pelos presentes como será o encaminhamento para os municípios que ainda não apresentaram suas propostas. Isadora mostra o mapa do ZEE elaborado até o momento.

Prefeitura Municipal de Cajati – Luciana C. Zotelli

Luciana se apresenta e passa a mostrar a proposta elaborada pela prefeitura. Explica que fez consulta aos técnicos da empresa Vale Fertilizantes, que ficaram de fazer devolutiva sobre proposta da prefeitura. Aponta área da Vale onde há uso para agricultura (pastagem, bananicultura) e que pode ser explorada pela empresa para exploração de minério, daí o interesse de enquadrar com Z3T. Isadora destaca que as áreas para produção de fosfato deverão ser enquadradas como Z5T, pela vocação industrial e o uso atual. Luciana aponta as áreas de Z5 para expansão urbana e as áreas da empresa CIMPOR, que também tem sido consultada sobre a proposta. Há áreas de Z1 nas proximidades do Parque Estadual Rio Turvo. Alessandro (Prefeitura Municipal de Cajati) complementa que a Vale irá confirmar as áreas apontadas pela prefeitura. Destaca que banana, pupunha e pecuária são as atividades realizadas. Os bairros rurais compreendem os pequenos agricultores. A área do frigorífico está enquadrada como Z5. Capelinha e Vila Tatu são dois bairros enquadrados como Z3, dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) Cajati.

Isadora pergunta a Josenei Gabriel Cará (Fundação Florestal/SMA) sobre como será a remoção de famílias que hoje moram dentro dos limites do parque para a área da APA. Ele explica que é necessário fazer um programa de reassentamento, a ser realizado com o ITESP. Isadora pergunta se a tendência das APAs é de se urbanizarem em função disso. Josenei explica que depende



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

também do Plano de Manejo. Antonio Eduardo Sodrzeieski (Associação Serrana Ambientalista – ASA) pergunta se haverá adensamento urbano e se haverá expansão de infraestrutura urbana. Josenei pergunta se a prefeitura chegou a conversar sobre essa questão no Conselho Gestor da APA, o que Luciana responde que ainda não conversou. Antonio aponta que vila rural e a distribuição de lotes são duas formas de reassentar as famílias. Josenei considera que é muito provável que essas áreas não se urbanizem e continuem com sua característica rural. José Renato Lisboa (ITESP) diz que são muitas famílias, que os bairros Conchas e Pneu se conurbaram. Antonio destaca que há áreas ao longo da rodovia que não precisam de uma faixa de 500 metros, devido ao relevo que restringe a implantação de lotes para uso industrial. Em Miracatu e Cajati, Isadora concorda, não há aptidão em 100% do entorno da rodovia para esse urbano com adensamento ou uso industrial, diferente de Registro, Juquiá e Jacupiranga, onde o entorno da BR é bastante plano. Ela propõe uma conversa com as duas prefeituras, para definir a largura dessa faixa, que será variável, em função da declividade. Josenei sugere que essa discussão seja feita com o Conselho Gestor da APA de Cajati. Isadora lembra que é preciso verificar a zona de amortecimento e priorizar a identificação dos grandes fragmentos florestais que poderiam ser Z1. Ressalta também que a zona rural localizada dentro dessa zona de amortecimento não pode ser instituída como área urbana, em função do que determina a Lei Federal nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Antonio ressalta que quando a zona de amortecimento for definida para o Mosaico do Jacupiranga no Plano de Manejo, deverá considerar a consolidação do uso urbano dessas áreas. Isadora destaca que, especificamente no caso da Zona de Amortecimento do MOJAC, como a Lei definiu que a Zona de Amortecimento é provisória, quando da delimitação da Zona de Amortecimento definitiva, esta deverá observar sim os usos reais e a vocação, inclusive o ZEE vigente. Josenei solicita que a prefeitura converse com a Fundação Florestal e o Conselho Gestor da APA.

Francisco de A. Ferrenha Junior (Prefeitura Municipal de Apiaí, diretor do Parque Municipal do Morro do Ouro) pergunta o que prevalece, as restrições das UCs ou do ZEE, e Isadora responde que sempre prevalece a restrição maior. Isadora diz que o enquadramento como Z5 ou Z4 não significa que se está delimitando o perímetro urbano. Essa delimitação é de competência municipal, porém deve observar o ZEE. Josenei destaca que esse assunto deverá ser tratado pelo jurídico da prefeitura e da SMA. Antonio pergunta como está desenhado o perímetro urbano do município. Isadora e Luciana apresentam o Zoneamento do Plano Diretor, e destacam que existem leis municipais delimitando como perímetro urbano esses bairros, apesar de não aparecerem nesse zoneamento municipal. Isadora afirma que irá fazer esses ajustes da faixa ao longo da rodovia com a prefeitura, conversar com o Conselho Gestor da APA e voltar a apresentar para o Grupo Setorial. Antonio sugere delimitar uma Z1 em área de fragmento próximo ao parque e no perímetro noroeste do município e que outra área a sudeste (Barra do Azeite, próximo do Guaraú) seja enquadrada em zona mais restritiva que Z3, em função do fragmento florestal. Isadora apontou no mapa que a prefeitura desenhou esse fragmento como Z1.

Prefeitura Municipal de Apiaí – Paula Daniel Fogaça

Paula passa a apresentar os mapas que subsidiaram a proposta da prefeitura, como a imagens de satélite e o macrozoneamento do município. Apresenta a faixa de zona ao longo da rodovia



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

SP249, de 500 metros. Destaca que há vocação madeireira e de beneficiamento dessa produção ao longo da estrada e em direção aos bairros Bom Sucesso e Itararé. Isadora lembra que na Baixada Santista e litoral Norte há uma discussão sobre as atividades industriais de baixo impacto, porém, ainda não há parecer da CJ sobre a viabilidade da proposta que está sendo feita no Litoral Norte. Isadora questiona se o beneficiamento ocorre somente ao longo da rodovia ou se ocorre longe dela. Paula responde que há indústrias fora do eixo da rodovia. A construção de caixotes, sem haver transformação, não é indústria, segundo Antonio. Destaca que indústria de resinagem, que a Paula apontou que existe lá é diferente da construção de caixas ou caixotes para a embalagem/transporte de produtos.

Francisco destaca que na zona cinza definida pelo Plano Diretor como Macrozona de Atividades Madeireiras poderia permitir, segundo a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), a instalação de indústria. Hélio Shimada (IG/SMA) destaca que o licenciamento é realizado por empreendimento e não por área. Francisco ressalta que essa área seria a indicada pela CETESB para o licenciamento da atividade industrial. Paula aponta que, caso as atividades madeireiras sejam consideradas industriais, toda a zona cinza (Macrozona de Ativ. Madeireiras) seria enquadrada como Z5 ou Z5E.

Paula aponta que há lei que cria os distritos urbanos, mas que não foram delimitados. Antonio sugere contactar o ITESP para fazer essa delimitação. Paula destaca que o bairro Pinhalzinho foi enquadrado como Z1 e que é interessante fazer uma conexão com fragmento florestal próximo. Antonio sugere que a Z5 seja expandida em direção ao bairro Araçaíba (Z4). Nelson destaca que há muita vegetação preservada nessa direção. Francisco destaca que Araçaíba está crescendo na direção Leste. Isadora destaca que esse mapeamento de zonas de expansão urbana poderá ser um indicativo para o ITESP realizar a delimitação de perímetro urbano, mas que a delimitação deste não vincula obrigatoriamente o ZEE. Paula passa a descrever as zonas enquadradas na cidade e próximas da cidade. Francisco destaca e aponta no mapa que há proposta de Departamento de Estradas de Rodagem (DER) de fazer interligação das rodovias SP249, 250 e 165, em uma espécie de rodoanel, desviando o tráfego dos caminhões. Paula aponta a hidrografia da bacia do rio Tijucu como referência para delimitar a Z1. Aponta os pontos de caverna que estão fora do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR). Nelson M. Elias (Associação dos Moradores do Bairro Caximba) aponta que a lavra da empresa PURICAL próxima ao parque está parada por ação civil pública. Paula aponta que a Z1 enquadrada nas proximidades do parque considerou a hidrografia, a declividade do relevo e os fragmentos florestais. Isadora destaca que há poligonais de pesquisa e de lavra e que Paula utilizou apenas as poligonais de lavra por ora. Pablo de Andres Fernandez (Associação dos Mineradores de Areia do Vale do Ribeira - AMAVALES) destaca que é importante fazer a pesquisa constante no site do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) para obter dados atualizados de requerimento de pesquisa e concessão de lavra e Isadora informou que atualiza os dados mensalmente. Nelson lembra que foram feitos estudos pela SMA para o Macrozoneamento de 2005; Isadora destaca que na proposta de ZEE em elaboração foram observados os estudos de 2005 e 1998 e que, inclusive, diversos municípios fizeram suas propostas de enquadramento de zonas do ZEE a partir dos estudos anteriores. Ela ressalta que as duas propostas são importantes pela discussão, mas que não foram instituídas por norma. A minuta de decreto elaborada à época também tem sido



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

considerada nos trabalhos do Grupo Setorial. Sobre as áreas de mineração, a discussão precisa ser atualizada, pois há novas poligonais. Paula aponta que precisam de mais informações sobre a viabilidade econômica da exploração; Nelson lembra que a região da Serra de Adrianópolis não tinha potencial minerário identificado, o que foi provado em contrário depois de anos e que não se pode inviabilizar a exploração das pequenas empresas de mineração. Isadora explica que a proposta de 2005 não foi sancionada por decreto, pois não houve concordância. Pablo aponta que houve concordância, mas que foi alterada durante o processo. Nelson acha que não precisa alterar o que foi acordado naquele processo.

Kátia Pisciotta (Fundação Florestal/SMA) pergunta se as áreas de recarga do carste foram consideradas. Destaca que o pesquisador José Antônio Ferrari delimitou 20 bacias cársticas, ao que Isadora responde que essa informação foi passada para Paula para subsidiar a própria proposta da prefeitura. Informou para Kátia que em 2012, a Fundação Florestal passou o banco de dados dos planos de manejo e a área de recarga do carste é uma das camadas que vem sendo utilizada, juntamente com os pontos das cavernas. Isadora aponta que há poligonais de pesquisa sobre essas áreas, o que deverá ser visto com preocupação e discutido com a Fundação Florestal. Pablo destaca que se houver potencial identificado, a lavra, para ser autorizada, estará submetida a um processo de licenciamento ambiental com necessidade de elaboração de estudos de impacto ambiental. Francisco aponta que as zonas Z5 Especial foram delimitadas próximas da rodovia SP250 e que levará em consideração as poligonais do DNPM. Ressalta que outra mudança que farão na proposta é o enquadramento do bairro Caximba como Z5, pois há previsão de atividade rodoportuária. Isadora aponta que deverão ser acrescentadas essas propostas discutidas recentemente com a administração municipal e melhorar a proposta em função da discussão de hoje. Paula aponta que a proposta não está fechada e que será por deliberação do Grupo.

Dado o adiantado da hora e a necessidade de recesso da Câmara Municipal, os presentes decidiram adiar a apresentação da Prefeitura Municipal de Iporanga para a próxima reunião do Grupo Setorial.

Encaminhamento para as prefeituras que não apresentaram propostas

Isadora pergunta aos presentes se a próxima reunião do Grupo Setorial pode durar dois períodos, manhã e tarde. Os presentes concordam. E pergunta também o que encaminhar em relação às prefeituras que até o momento não apresentaram suas propostas de enquadramento de zonas. Aponta sugestão de encaminhamento: dar um prazo às prefeituras para que apresentem até a próxima reunião do Grupo Setorial. Se não fizerem, sugere que a SMA faça uma proposta a ser apresentada na reunião seguinte do Grupo, ou seja, na segunda reunião do ano, o que os presentes concordaram.

As prefeituras municipais de Iporanga e Barra do Turvo já estão finalizando suas propostas, que serão apresentadas na próxima reunião. A próxima reunião foi pré-agendada para o dia 18/02/14 em Pariquera-Açu, mas a confirmação será feita por e-mail. Paula sugere que a terceira reunião de 2014 seja em Apiaí, considerando que muitas prefeituras do Alto Vale ainda precisam apresentar suas propostas.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

A reunião finalizou às 12h30.



Foto 1. Representantes e colaboradores na 17ª reunião ordinária do Grupo Setorial de Coordenação do Gerenciamento Costeiro do setor Vale do Ribeira. Fonte: CPLA, 18 de dezembro de 2013.



Foto 2. Representantes e colaboradores na 17ª reunião ordinária do Grupo Setorial de Coordenação do Gerenciamento Costeiro do setor Vale do Ribeira. Fonte: CPLA, 18 de dezembro de 2013.